

222^a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro de 2012, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. RODRIGO MENDONÇA LIMA, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: Luiz Henrique Tessutti Dividino, Carlos Roberto Frisoli, Ivany Marés da Costa, Lourenço Fregonese, Luiz Teixeira da Silva Junior, Angel Millán Lázaro, Persio Souza de Assis, Regis Gilberto Prunzel, Edson Cesar Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Carlos Antonio Tortato, Herber Soares de Freitas, Maria do Socorro Oliveira, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio Fayet, Alexandre Cruzes, Juarez Moraes e Silva, Blásio José Munchen, Claudio Fernando Dauth, João Gilberto Cominese Freire; **Convidados:** Rudnei de Lorenzi Cancellier – ANTAQ Paranaguá, Sidney Pinto – Cotriguaçu, Nilson Camargo – FAEP e Daltro Nascimento; **Justificativas de Ausências:** Conselheiros Orlei de Souza Miranda, Joaquim Medeiros Chianca Fernandes, Daniel Francisco Dias Filho, José Baka Filho, Ademir Bazzotti e Wilson Moraes e Silva; **1. ABERTURA DOS TRABALHOS;** **2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA DA 221^a. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho, *aprovada por unanimidade*; **3 - INFORMAÇÕES GERAIS;** **3.1 - RELATÓRIO GERENCIAL DA APPA** – Representante Suplente da Administração do Porto - Cons. Lourenço Fregonese efetuando comparativo da movimentação do Porto de Paranaguá com igual período do ano anterior, bem como com outros portos sobre a questão da movimentação e de reserva cambial; **3.2 - INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ** – Representante do Governo do Estado do Paraná - Cons. Luiz Henrique lembrando que existem dois processos em andamento em Brasília, um é a Licença de Operação do porto, cuja documentação não existe mais nada pendente, e conforme compromissos unâimes das autoridades do governo, a previsão para a emissão da mesma está prevista para novembro próximo, e que com a mesma a continuidade das dragagens de manutenção. Outro processo, é a Licença Permanente da Dragagem de Aprofundamento, que também já foram vencidas todas as etapas e por ser hoje um assunto de interesse da parte executiva do governo, acredita que é um assunto que está muito bem encaminhado. **3.3 - INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AOS CRITÉRIOS DE COBRANÇAS ESTABELECIDOS PELA ORDEM DE SERVIÇO N°. 021/2012-APPA (Of. 374/2012-APPA)** – Representante do Governo do Estado do Paraná - Cons. Luiz Henrique disse que a Ordem de Serviço n°. 021/2012-APPA, foi elaborada em conjunto com o Ministério Público e consultada boa parte do sistema, e que mesma traz benefícios principalmente com relação ao recebimento de cargas, no entanto por trazer também cobrança de algumas taxas, iniciou-se uma discussão informal sobre a metodologia dessas cobranças. Embora considere a Ordem de Serviço clara e sob a ótica dos órgãos de controle tanto do estado como da união, uma vez publicada, essas tarifas têm que ser cobradas. Como a APPA tem interesse em que tudo se resolva de uma forma mais harmoniosa possível e em função de uma agenda apertada, não houve condições de uma reunião previa com os terminais para rediscussão da questão, e solicitou postergar o assunto para a próxima Reunião Ordinária do Conselho, ocasião em que já deverá ter sido realizado uma acordo com os terminais. Cons. Edson esclareceu que a ação ingressada na justiça sobre a Ordem de Serviço n°. 021/2012 é pelo fato da mesma além de não ter sido aprovada pelo Conselho, foi também em função de questões operacionais que certamente serão acertadas nos próximos dias entre a APPA e os Operadores Portuários. **4 - EXPEDIENTE:** **4.1** Relatório de Atividades do OGMO; **4.2** Correspondências Expedidas e Recebidas; **5 - ASSUNTOS GERAIS** – Cons. Angel solicitou da Autoridade Portuária informações acerca do andamento da dragagem do canal externo e as possibilidades de

flexibilização nas manobras dos navios que estão travando as operações no porto em face da limitação nas atrações dos navios. Cons. Luiz Henrique comunicou que a APPA já solicitou oficialmente à Capitania dos Portos agenda para a Comissão tratar da questão da remoção das restrições impostas, inclusive encaminhando a mesma, as plantas batimétricas. Disse que face a boa vontade com que sempre contou através da pessoa do Capitão dos Portos, acredita ser prudente aguardar o posicionamento do mesmo, o que foi concordado pelos Conselheiros Fayet e Daudt. Cons. Ismael solicitou informações também da Autoridade Portuária com relação a previsão da segunda fase da dragagem, cujo prazo para execução da mesma havia sido anunciado para sessenta dias e tendo em vista a urgência que a mesma requer em função de vários problemas que ainda impactam em Paranaguá. Cons. Luiz Henrique esclareceu que quando foi solicitado ao IBAMA o licenciamento emergencial o mesmo abrangia somente os trechos previstos no processo licitatório, posteriormente incluído um lote em Antonina. Após a vinda da draga e detectado problemas tanto na bacia como nos berços, imediatamente iniciou-se um processo junto ao IBAMA para tentar se anexar mais um licenciamento de emergência e que até agora não houve nenhuma manifestação por parte do mesmo com relação a dragagem da bacia. Disse existir duas estratégicas, uma é o Licenciamento de Emergência da bacia e dos berços e a segunda é se sair a Licença de Operação automaticamente o mesmo já estará incluso. Cons. Fayet dizendo que a questão dos licenciamentos ambientais é um problema muito sério em todo o país, como exemplo citou a Rodovia Regis Bitencourt no trecho entre Curitiba e São Paulo, com um quarto de século de existência e que até agora não conseguiu licenciamento ambiental para fazer duplicação. Em função dos diversos problemas hoje existentes, quando das discussões junto a ANTT tem se tentado mostrar a necessidade ao Governo Federal que quando da autorização de obras, seja de ampliação de terminais, aeroportos, portos, etc, ou em qualquer outra área, tem que estar com a definição das licenças prévias, sem o que não se pode fazer licitação nenhuma. Lembrou o período de obscurantismo que o Porto de Paranaguá viveu e que o CAP tentou junto as autoridades federais diversas providências e essas foram totalmente omissas, por isso é de sua opinião que essas autoridades sejam responsabilizadas e até passivas de punição por não terem cumprido sua parcela de responsabilidade. Disse que, em vez de multar o Porto de Paranaguá, o Governo Federal é que deveria ser multado em função das omissões as quais o Porto foi objeto, por parte das autoridades da época. Cons. Tortarto lembrando ser aquela data dia do estivador informou da Assembléia realizada naquela manhã com os Sindicatos de Paranaguá para estabelecer um calendário e deliberar o que havia sido pautado pelas Federações como preparação para o que eventualmente possa vir a acontecer após o esperado pacote do Governo Federal, tendo em vista a falta de informação sobre o mesmo. Quanto a questão das paralisações dos navios por falta de mão de obra, disse que existe uma convergência de interesses entre os operadores e trabalhadores que estão realizando através de reuniões constantes, no sentido de buscar solução para a questão. Lembrou que é uma situação difícil e complicada, o trabalho avulso está em cheque em todo o país, ou se adequa e mostra que é importante e necessário, partindo para uma solução com o objetivo de sobreviver ou mais um tempo e vai ser varrido do sistema. Cons. Maria do Socorro disse que muito dos problemas que ocorrem hoje em Paranaguá deve-se a falta de planejamento, citando como exemplo as dificuldades iniciais encontradas quando da elaboração dos trabalhos do PDZO, que graças a uma visão clara e ampla da Administração Portuária mostrou que quando se une e se trabalha em conjunto os fatos acontecem e que o PDZPO hoje sob a indicação da SEP se tornou referência nacional. Cons. Luiz Teixeira disse que embora a APPA esteja se esforçando bastante para otimizar o máximo as operações portuárias, as paralisações ocorridas com freqüência em diversos navios tem atrapalhado em muito a produtividade portuária. Cons. Luiz Henrique disse que por ser o momento de transição e como a APPA tem sido oficiada pela ANTAQ e essa por sua vez até para evitar ser punida pela situação, tem que cobrar dos Sindicatos e que tem contado sempre com a boa vontade dos mesmos na busca de uma solução para a questão. Cons. Edson fez uma breve cronologia dos fatos com o objetivo de elucidar qualquer dúvida e para um melhor

entendimento de todos. Disse que a escalação corria com a dobra de serviços, mas por ser ilegal trouxe desembolsos extremamente elevados para os operadores, e por isso houve a necessidade de se encontrar um outro caminho, que foi o de não se permitir mais a dobra de serviços. Embora a questão ainda esteja na mesa para discussão, todos os Sindicatos estão imbuídos na busca de uma solução adequada para todos. Cons. Blásio parabenizando a corajosa e oportuna manifestação do Cons. Tortato, disse que as decisões a serem tomadas para readequar a questão são difíceis porque haverá resistência contrariada por muitos. Lembrou que os direitos não bastam serem adquiridos tem que serem analisados se são corretos ou não e a saída é o espaço para discussão. Acredita que se não houver adequação do sistema, haverá pressão e o governo não irá permitir que navios fiquem parados e a produção não saia em função da falta de gente respondendo por certas fainas. As soluções a serem encontradas são difíceis mas a posição que os Sindicatos estão tomando são decisões inteligentes e que certamente logo encontrarão uma saída. Cons. Herber manifestou-se dizendo que como militante do Sindicato dos Estivadores há muito tempo, reconhece existir dentro do mesmo correntes diferentes, inclusive muitos sindicalizados são induzidos a certas circunstâncias o que ele pessoalmente discorda. Acredita que as negociações estão sendo muito bem conduzidas e logo deverão chegar a um denominador comum. Cons. Maria do Socorro disse que a indústria das ações trabalhistas passou pelos Portuários, está passando pelos Estivadores e deverá passar pelos pescadores. Ao seu ver existe a necessidade urgente de que a legislação trabalhista seja revista, porque na verdade a mesma não protege o trabalhador e sim favorece um bloco de pessoas, causou um sangramento absurdo no porto, além de trazer grandes dificuldades para negociação por parte das categorias sindicais. Cons. Fregonese parabenizando os trabalhadores pelo esforço e coragem demonstrados para solução dos problemas, disse que acredita que o Porto de Paranaguá está chegando a uma encruzilhada, se foi o inicio das indústrias trabalhistas no país, certamente será o responsável pela mudança de paradigma, porque trará uma nova história para o estado e para o país. O Presidente lembrando que a história tende a se repetir porque a administração pública não tem como incorporar pessoas medindo o profissionalismo e o preço será pago sempre pela iniciativa privada. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos pela presença e encerrou a 221ª Reunião Ordinária, tendo sido lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os Conselheiros, tão logo aprovada.

Conselheiros:

Rodrigo Mendonça Lima

Luiz Henrique Tessutti Diividino

Carlos Roberto Frisoli

Ivany Marés da Costa

Lourenço Fregonese

Luiz Teixeira da Silva Junior

Angel Millán Lázaro

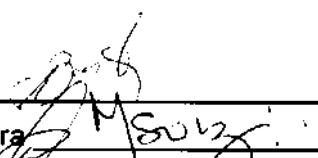
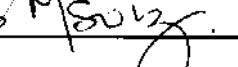
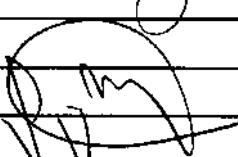
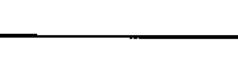
Persio Souza de Assis

Regis Prunzel

Edson Cesar Aguiar

Marco Aurélio Chapaval

Carlos Antonio Tortato

Herber Soares de Freitas 
Maria do P. Socorro de Oliveira 
Blásio José Munchen 
Claudio Fernando Daudt 
Juarez Moraes e Silva 
Alexandro Cruzes 
Ismael Alves Pires Neto 
Luiz Antonio Fayet 
Zulfiro Antonio Bosio 